



Aos 27 dias do mês de novembro de 2025, às **19h15min**; no local denominado Espaço Betini, sito à Rua Agulhas Negras, n.º 394, Bairro Nova Valverde, município de Cariacica, Estado do Espírito Santo, dá-se início à Audiência Pública referente aos processos administrativos no IEMA n.º 2544078 (extração - LO N.º 350/2010) e n.º 37332929 (beneficiamento – LO N.º 281/2011), de licenciamento ambiental da ampliação da área de atividade de extração de rocha para produção de brita da empresa Brasília Agregados para Construção Ltda, localizada no município de Cariacica, ES., com a finalidade de apresentar às partes interessadas, seus impactos, alternativas tecnológicas, coletando opiniões e críticas para fundamentar a tomada de decisão a respeito da viabilidade ambiental do empreendimento. A convocação da audiência foi publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo do dia 12 de novembro de 2025.

Esta audiência pública é realizada pelo IEMA – Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, como determina a Lei Complementar n.º 1073 de 22 de dezembro de 2023, Decreto 4.039-R, de 07/12/2016 e Lei n.º 4.701, de 01/12/1992.

A Mediadora da reunião é a Sra. Carla Rocha Souza, Agente de Desenvolvimento Ambiental e de Recursos Hídricos, do IEMA; o Suplente, Sr. Joder Torres do Vallis, Coordenador de Mineração do IEMA. O Secretário, Sr. Franz - Schubert Sathler Alves Ambrósio, taquígrafo parlamentar.

A Mediadora dá as boas-vindas a todos; agradece a presença do Ver. Edgar do Esporte, além de outras lideranças comunitárias e moradores.

Convida a compor a Mesa o Sr. Joder Torres, representando o IEMA, o Sr. Loreto Zanotto, empreendedor e a Sra. Tânia Evangelista da Crenaque Consultoria.

A Sra. Mediadora Carla explica a dinâmica da reunião e faz a leitura e explicação das regras da Audiência. Explica sobre o processo de participação com perguntas escritas e orais. Tempo de perguntas e respostas. Somente serão tratados os temas concernentes à audiência pública. Ressalta-se que não haverá votação de mérito na reunião. Informa que a ata, lista de presença e as perguntas durante esta reunião, no site do IEMA, (www.IEMA.es.gov.br) a partir do dia 12 dezembro de 2025.

Uma senhora da plateia sobre o andamento e participação nesta audiência. A Mediadora explica que a audiência é para ouvir e ter a participação da sociedade.

Apresenta a equipe técnica do IEMA responsável pelo licenciamento: Daniel Xavier Moulin, Sérgio Luiz Trarbach, Bruno Mosa Mação, Aline Christ Dalmasio, Aline Pitol Chagas e Carla Rocha Sousa. Coordenador: Joder Torres do Vallis, responsável pela Coordenação de Mineração.

Às 19h25 a Sra. Mediadora discorre sobre o processo de licenciamento. Fala das expectativas da população. Diz como se inicia o processo, as fases do processo e todo seu trâmite. O empreendedor fez o EIA e RIMA, que está à disposição; fez estudos complementares. Explica sobre a liberação das Licenças. Informa que o processo está em análise. Comenta sobre a participação pública no processo, muito importante no licenciamento ambiental. Fala das Comissões de Acompanhamento dos processos, uma inovação do IEMA.

Às 19h35 o Sr. Loreto Zanotto da empresa Brasília Agregados para Construção Ltda, fala sobre o empreendimento, sobre o histórico da empresa; que a atividade é classificada de Interesse Social no Brasil; que a Brasília é a maior e a melhor produtora de pedra britadora do ES, e responsável pelo abastecimento de aproximadamente 60% do mercado da Grande Vitória. Fala da missão e pontos fortes

da empresa, como segurança no trabalho e operação; diz que direciona o desmonte para locais absolutamente seguros. Fala sobre a questão de sustentabilidade nas atividades da empresa, que gera cerca de 250 empregos diretos, gerando impostos e benefícios para o município. Explica sobre o processo produtivo.

Às 19h53min, a Sra. Tânia Maria Evangelista da Crenaque Consultoria passa a discorrer sobre os estudos ambientais realizados. Apresenta as características do empreendimento. Explica sobre as áreas de influência, a Área Diretamente Afetada, Área Influência Direta e Indireta. A área de avanço de lavra é de 54,86ha, era de 50ha. Fala dos Impactos no Meio Físico. Emissão de poeira e geração de gases e as medidas adotadas para a minimização do impacto. Impacto de Vibração e ruídos – como medidas controle Plano de fogo; manutenção de equipamentos; utilização de sismógrafos. Contaminação do solo e recursos hídricos. Impacto da geração de resíduos sólidos – separação de resíduos, destinação adequada. Impactos no Meio Biótico – Supressão de vegetação, alteração de paisagem; afugentamento da fauna; Redução quantitativa e qualitativa do habitat; Mortalidade da fauna, Alteração do comportamento da fauna. Cita várias medidas e programas ambientais que visam diminuir os impactos citados. Impactos no Meio Socioeconômico. Expectativa da População; emprego e renda; tributos e dinamização da economia; sistema viário e risco de acidentes; interferência no cotidiano da população. Para esses impactos são apresentadas as devidas medidas de mitigação. Discorre sobre os Programa de Educação Ambiental; Programa de Comunicação Social, para esclarecer à população questões relacionadas à operação da empresa e outros foram apresentados.

Conclui dizendo que o empreendimento apresenta viabilidade ambiental e socioeconômica; que a atividade contribui de forma relevante para a geração de emprego, renda e arrecadação pública, além de manter práticas consolidadas de gestão ambiental.

Às 20h17min, a Sra. Mediadora Carla, volta a esclarecer sobre o momento das perguntas e respostas.

A reunião é suspensa **às 20h20** para o intervalo, quando será servido um lanche. A reunião foi reaberta **às 20h37min**.

Às 20h39min, passa-se a fase dos Debates.

A Sra. Mediadora convida a compor a Mesa Sr. Joder Torres do IEMA; Sr. Daniel Xavier Moulin do IEMA; Sr. Loreto Zanotto, da empresa Brasitália e a Sra. Tânia Maria Evangelista da Consultoria.

Lê-se a pergunta do Sr. Vereador Edgar Pedro Teixeira, sobre o prazo para concluir a atual licença e novo prazo para a nova licença. O Sr. Daniel Xavier Moulin do IEMA esclarece sobre as fases do licenciamento. A análise está em andamento no IEMA, e as manifestações desta audiência serão consideradas na Licença Prévia.

O Sr. Joder Torres do IEMA esclarece que a atual licença está em vigor, foi prorrogada até a manifestação final do órgão, que será feita depois da análise deste licenciamento; que não pode precisar um prazo final.

Lê-se a pergunta do Sr. João Pereira Neto, fala de questionamentos da comunidade, deu até na TV Vitória, e foi dado entrada ao Ofício 010/22 que está sem resposta.

O Sr. Daniel Xavier do IEMA a, coloca que estão juntando os documentos, inclusive com as atuais informações desta audiência para das resposta ao ofício. Dia que os impactos que não for possível minimizar, a empresa terá que compensar. Fala da



complexidade das atividades da empresa, mas o IEMA está monitorando e exigindo aprimoramento pela empresa.

O Sr. Joder Torres do IEMA registra a entrada de um documento na Mesa, que será dado entrada no protocolo e anexado ao processo, pede que a pessoa depois se identifique.

Lê-se a pergunta da Sra. Flávia Siqueira, se foram feitos estudos da direção dos ventos, e a pergunta Sra. Elizabeth da Amovic sobre técnicas de reflorestamento, plantio de mudas, hidrossemeadura, nucleação, enriquecimento, etc.

A Sr. Ricardo Resende, da Consultoria fala sobre o estudo dos ventos predominantes. Sobre o reflorestamento tem cortina vegetal (400 x 40) e com espécies nativas e clínicas do porte alto para fazer um quebra-vento.

Lê-se a pergunta da Elisângela Gonçalves qual o canal de comunicação pois não sabem.

O Sr. Joel da Empresa Brasitália diz que o canal é o e-mail da empresa (brasitalia@brasitalia.com.br - Telefone 3246-0400).

A Sra. Carla Sousa diz que o IEMA vai exigir um canal variado de comunicação efetivo.

Lê-se a pergunta do Sr. Robson Augusto Alves, da Prefeitura e da Sra. Maria de Lourdes Vasconcelos sobre as medidas de controle pela poeira vinda de material depositado na entrada da empresa e sobre a questão das vibrações que provocam rachaduras nas casas, e sobre a presença do Ministério Público e Defensoria Pública.

A Sra. Tânia Evangelista diz que são feitas umectação das vias e ionamento dos caminhões, e que as medidas estão sendo intensificadas.

O Sr. Christian Senn fala sobre o programa de mobilização para esta audiência. Coloca que a grande participação confirma o êxito dos convites, mas sim, que foram convidados o MP Estadual e a Promotoria de Justiça da Vara de Meio Ambiente.

A Sra. Carla Sousa esclarece que o relatório dessa mobilização está disponibilizada no site do IEMA, e que o MP pode ser acionado pelos moradores.

O Sr. Loreto Zanotto responde sobre as vibrações. Coloca que vibrações tem e vai ter sempre, mas empresa tem que trabalhar dentro das normas legais; que são respeitas e estão muito aquém desses limites, e isso é monitorado pelos órgãos fiscalizadores.

O Sr. Daniel Xavier do IEMA explica ainda sobre as normas de controle de vibrações e o como se propaga; tem como se medir essa intensidade.

O Sr. Joder Torres do IEMA sugere que as pessoas prejudicadas devem se identificar junto ao IEMA, e quando houver a detonação, o IEMA fará contato com as pessoas para verificar *in loco* a detonação e o impacto nas residências.

A Sra. Carla Sousa do IEMA coloca que a empresa pleiteia uma nova licença, de uma nova área, e que o IEMA evolui muito, adquirindo novos conhecimentos, e tecnologias mais sofisticadas, sendo possível uma análise melhor, podendo haver novas condições.

Lê-se a pergunta do Sr. Antonio Tadeu, Associação Nova Valverde, sobre doação de área para Unidade de Saúde.

O Sr. Loreto Zanotto coloca que pode analisar a proposta, que devem encaminhar a demanda.

Lê-se várias perguntas da Sra. Neiva Patrícia Souza Costa, presidente da Associação de Moradores, de Elisângela Gonçalves Silva, da Associação de Moradores de Itaguá e do Sr. Francisco Dalben, também de Nova Brasília, sobre impactos na paisagem, na fauna; destruição de nascentes; apoio para as comunidades; perigo de rompimento de lagos; sobre transparência perante as comunidades; riscos à saúde; poluição sonora; um canal de comunicação permanente; proteção no impacto do solo na Região 3.

O Sr. Loreto Zanotto diz que conhece a região desde a década de 70; a área já era bastante devastada; e que a empresa não causou esses impactos. Os lagos dentro da empresa foram feitos pela empresa com água de chuva, não são alimentados por nascentes.

O Sr. Ricardo Resende coloca que área da mata já foi suprimida, já houve um corte raso em toda a região aqui. A vegetação está em estágio inicial e média de regeneração, são pequenos arbustos, a vegetação rupestre sobre a vegetação na área, estão em estágio inicial e médio de regeneração; que para novas supressões tem que fazer o resgate de fauna. O Sr. Daniel Xavier do IEMA, coloca que as nascentes constam dos Estudos, mas elas estão distantes da área de intervenção pretendida.

O Sr. Eduardo Segatto, Consultor diz que a fauna já é bastante impactada, é próximo á área urbana; e que qualquer intervenção será feito com resgate de fauna.

A Sra. Mediadora Carla lê as perguntas de Lucimar Souza Ramos, da Associação de Moradores da Vila Capixaba; de Marcelo Blanchi e de Luiz Antônio Barbosa, da Amoban sobre apoio às comunidades e fortalecimento comunitário. A Sra. Tânia Evangelista orienta que as comunidades devem encaminhar as propostas para a empresa que vai analisá-las com responsabilidade.

A Sra. Mediadora Carla Sousa lê um depoimento da Sras. Ângela Taune de Oliveira de Gracina de Oliveira do bairro Mucuri questionando qual o benefício da empresa, considerando tantos impactos ambientais que ela causa às comunidades, inclusive, na saúde das pessoas.

Às 21h47min passa-se à fase das perguntas orais, e a Mediadora Carla diz que a audiência será prorrogada por mais 30min, com duração até às 10h30min.

O Sr. Josimar Pereira do Nascimento diz que muitos têm problemas respiratórios por causa da pedreira e que nunca os moradores foram visitados para saber se têm problemas de saúde. Que a empresa terá que fazer investimentos nas comunidades, na saúde, na educação. O Sr. Loreto Zanotto diz que a empresa deve ter uma boa política de vizinhança, se a empresa causa algum dano, ela tem que reparar; que a empresa não concorda que a comunidade Santana e Valverde não sofre com poeira.

O Sr. Giovani José de Oliveira, de Mucuri, diz que a voz do povo precisa ser ouvida, que a negociação dos terrenos foi ruim para os moradores no passado; que a empresa só faz destruição, propõe formar um movimento de acompanhamento. Pede que sejam realizadas outras audiências em outros bairros com participação do Ministério Público. A Sra. Carla Sousa registra o pedido e que será analisada a possibilidade da realização de novas audiências públicas.

O Sr. Marcos Paulo Fonseca, da Associação de Moradores de Santana, reclama que a empresa não tem diálogo; que não foram procurados. Sugere a criação de uma comissão com IEMA para visitar *in loco* a área. Entende que os moradores nesta audiência não foram consultados; que o MP foi acionado em última hora. A Sra. Carla Sousa dia que o IEMA acolhe a demanda apresentada. O Sr. Loreto Zanotto coloca que a empresa atende as comunidades quando é acionada, especialmente sobre vibrações. Que Mucuri é a região mais sensível por causa da direção dos ventos.

A Sra. Neiva Patrícia Souza Costa, presidente de Nova Valverde, como a empresa pode apoiar as comunidades em projetos sociais; pede que a empresa faça contato com Dnit para construção de uma passarela. O Sr. Loreto Zanotto coloca que a empresa não tem interlocução com o Dnit, mas que juntos pode construir as coisas. Que a empresa tem disponibilidade de conversar com as comunidades.



A Sra. Marcela Torres diz que um desrespeito aos moradores, que não vão chegar a lugar nenhum.

A Sra. Carla Sousa diz que acata a opinião, e que o IEMA poderá realizar novas audiências, e espera que possa qualificar mas essa participação.

O Sr. Plínio Marcos de Mucuri, diz que no passado a empresa fez negociação com os moradores. Pergunta se com a ampliação da empresa se os moradores poderão ser recompensados. O Sr. Loreto Zanotto coloca a situação na época inicial da empresa era diferente, não havia compatibilidade da empresa com os moradores. A grande maioria fez os acordos e melhoraram suas condições de moradia.

O Sr. João Menezes da Asiarfa fala das casas que foram prejudicadas em Mucuri, inclusive teve matéria em jornal sobre o assunto. O Sr. Loreto Zanotto fala que rachadura, piso que levanta, acontece em qualquer lugar; que não se pode responsabilizar a empresa por isso. Existem muitas possibilidades.

Sr. João Pereira, da Asiarfa, coloca que foram protocolados ofícios no IEMA e na Prefeitura de Cariacica, sobre crimes da empresa; que esperam respostas e que o IEMA fiscalize e responsabilize a empresa. O Sr. Daniel Xavier do IEMA diz que o ofício da comunidade vai ter resposta; que esse processo tem um longo caminho a percorrer e que serão exigidas muitas melhorias e melhoramentos da empresa; e todas as questões levantadas aqui serão analisadas.

O Sr. Francisco Dalbem fala da questão da transparência, porque a empresa nunca se abriu para as pessoas; precisa ter uma relação mais harmônica com os moradores. O Sr. Joder Torres/IEMA diz que todas as denúncias são respondidas, que todos podem ter acesso ao processo no IEMA; e que o IEMA vai cobrar da empresa um Plano de Comunicação Social efetivo.

O Sr. Adair José Heringer, de Mucuri, pede que os dados dos Estudos sejam divulgados; que essa reunião foi em vão, pois a licença já está liberada; que o povo tem que ser considerado nos Estudos. A Sra. Carla Sousa do IEMA coloca que tudo na audiência é considerado para processo; que os estudos estão no site do IEMA. Orienta como ter esse acesso.

A Sra. Carmélia Siqueira Rodrigues de Nova Valverde, reclama a falta de comunicação com a empresa; que no passado oficiou à empresa sobre as consequências das explosões.

O Sr. Paulo Mattesi, do bairro Santa Cecília, diz que o bairro deve ser contemplado. Por quanto tempo ainda tem a concessão, quanto de pedra ainda tem para quebrar. O Sr. Joder Torres do IEMA explica que tem ainda material a ser explorado na área, sendo que a licença tem que ser renovada de seis em seis anos, mas que o órgão vai fazer o acompanhamento e exigir as adequações. E que o bairro Santa Cecília vai ser considerado.

A Sra. Lourdinha Vasconcellos, sugere nova audiência com a relatoria do IEMA sobre os impactos. Vai sugerir uma audiência pública na Câmara Municipal de Cariacica. O Sr. Joder Torres diz que a avaliação do IEMA ficará disponível na elaboração do parecer técnico, com todas as considerações e as contribuições desta audiência. A Sra. Carla Sousa diz que a Ata resumida e a transcrição com todas as falas e apresentações serão disponibilizadas até o dia 12 de dezembro de 2025.

O Sr. Luiz Carlos, presidente de São Gonçalo, sugere uma comissão de consenso das comunidades para sentar e conversar com elegância com Brasitália. A Sra. Mediadora Carla Sousa acolhe as falas e considerações aqui colocadas.



O Sr. Rogério Cipriano Moreira de Mucuri, coloca que a empresa quer ampliar suas atividades. Que no local tem nascentes; se IEMA não coloca prazo, então é para ampliação. Pergunta se a audiência é apenas para informar; que o IEMA precisa ouvir as comunidades; que o MP precisa acompanhar, pois existe sim um impacto na casa das pessoas, que são simples.

O Sr. Joder Torres, Coordenador, explica que a audiência é para tratar da ampliação; a empresa já tem licença para operar, onde os impactos já são conhecidos. Que o IEMA está avaliando considerando tudo isso.

O Sr. Luiz Barbosa de Mucuri, fala de um projeto Centro Comunitário Ambiental Cultural apresentado ao IEMA e à empresa. Conclama que esse projeto seja tirado do papel.

Às 22h47min, a Sra. Mediadora diz que novas contribuições poderão ser encaminhadas ao IEMA por meio do e-mail participacaopublica@iema.es.gov.br até o dia 12 de dezembro de 2025, 10 dias úteis a contar desta data.

O Sr. Loreto Zanotto diz que nunca se omitiu ao diálogo, que estão procurando a solução dos problemas.

O Sr. Joder Torres, Coordenador do IEMA, que o IEMA exerce o papel de mediador; as demandas do IEMA são levadas à adiante e as outras são repassadas ao empreendedor.

agrafatece mais uma vez a boa participação de todos, que todas as manifestações serão consideradas.

Nada mais havendo a ser considerado; eu, Secretário desta audiência pública, que a tudo presenciei e registrei, assino abaixo, juntamente com os voluntários abaixo, atestando, assim, a veracidade desta. Esta Audiência Pública encerra-se às 22h50min.
27 de novembro de 2025, Valverde, Cariacica – ES.

Assinaturas:

Franz-Schubert Satlher Alves Ambrósio

Leandro Ferreira Goulart

Luiz Antônio Miguel Barbosa

Carmélia Ferreira Siqueira Rodrigues

João Meneses dos Santos

Geovani José de Oliveira